

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Mayza de Carvalho Faustino

**“DUAS FACES DE UMA MESMA MOEDA: A SEGREGAÇÃO ESPACIAL
EM UBERLÂNDIA, ANALISANDO O GRANJA MARILEUSA E O DOM
ALMIR”**

MAYZA DE CARVALHO FAUSTINO

“DUAS FACES DE UMA MESMA MOEDA: A SEGREGAÇÃO ESPACIAL
EM UBERLÂNDIA, ANALISANDO O GRANJA MARILEUSA E O DOM
ALMIR”

Monografia apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, como parte das exigências para a obtenção do título de licenciatura e bacharelado em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Moacir de Freitas Júnior

Uberlândia 2023

FAUSTINO, Mayza de Carvalho. Duas faces de uma mesma moeda: A segregação espacial em Uberlândia, analisando o Granja Marileusa e o Dom Almir – Uberlândia, 2023.

Orientação: Prof. Dr. Moacir de Freitas Júnior.

Monografia (Licenciatura e Bacharelado) Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Graduação em Ciências Sociais.

Inclui Bibliografia.

Palavras-chave:

MAYZA DE CARVALHO FAUSTINO

“DUAS FACES DE UMA MESMA MOEDA: A SEGREGAÇÃO ESPACIAL EM
UBERLÂNDIA, ANALISANDO O GRANJA MARILEUSA E O DOM ALMIR”

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Moacir de Freitas Júnior
Orientador, Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dra. Bruna Camilo de Souza Lima e Silva

Prof. Ma. Mireile Silva Martins

RESUMO:

O modo de vida urbano vem demarcando de forma expressiva a segregação espacial e o aumento das desigualdades, como mostram os estudos urbanos atuais. Um grande contingente de pessoas habitando o meio urbano propicia o crescimento de forma difusa e desordenada das cidades, acarretando em problemáticas diversas como exclusão, má distribuição dos espaços, pobreza, dentre outros. Com maior expansão imobiliária nos últimos anos, a cidade de Uberlândia apresenta características socioespaciais importantes para avaliar toda a estruturação da cidade, ajudando a compreender como e para quem foi construída. O tema abordado na pesquisa diz respeito a como a disposição sócio territorial da cidade e a condução local da política de Uberlândia influenciou o acesso a cidade no município, contrapondo dois bairros residenciais – Granja Marileusa e Dom Almir - de diferentes classes sociais de forma comparativa.

Palavras-Chave: Segregação e exclusão socioespacial, Especulação Imobiliária; Ocupações Urbanas, Periferização.

ABSTRACT:

The urban way of life has been expressively demarcating spatial segregation and the increase of inequalities, as shown by current urban studies. A large contingent of people living in the urban environment promotes the diffuse and disorderly growth of cities, resulting in diverse problems such as exclusion, poor distribution of spaces, poverty, among others. With greater real estate expansion in recent years, the city of Uberlândia presents important socio-spatial characteristics to evaluate the entire structure of the city, helping to understand how and for whom it was built. The theme addressed in the research concerns how the socio-territorial disposition of the city and the local conduct of Uberlândia's politics influenced access to the city in the municipality, comparing two residential neighborhoods - Granja Marileusa and Dom Almir - from different social classes in a comparative way.

Keywords: Socio-spatial segregation and exclusion, Real Estate Speculation; Urban occupations, peripheralization.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. CAPÍTULO I - DIVISÃO DO ESPAÇO URBANO E A SOCIEDADE DE CLASSES ..	9
2.1. INTRODUÇÃO À QUESTÃO DA DIVISÃO DO ESPAÇO URBANO.....	9
2.2. UBERLÂNDIA E SEU CRESCIMENTO DIFUSO	11
3. CAPÍTULO II - AS DISTINTAS FACES DA URBANIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DE CASO DO BAIRRO DOM ALMIR E DO BAIRRO GRANJA MARILEUSA	13
3.1. BAIRRO DOM ALMIR: DE OCUPAÇÃO URBANA A BAIRRO POPULAR.....	14
3.2. BAIRRO GRANJA MARILEUSA: PENSADO PARA “SER RICO”	16
3.3. DISTINTAS FACES DE UMA MESMA CIDADE	17
4. CONCLUSÃO.....	19
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	21

1. INTRODUÇÃO

A cidade de Uberlândia é um município de médio porte no interior de Minas Gerais, que teve seu crescimento impulsionado nas últimas décadas, se tornando a segunda maior cidade do Estado, com grande referência e importância tanto na economia estadual quanto na nacional. Possui um PIB expressivo, sendo também rota para os mais diversos serviços que atravessam o país por sua localização central, além de se vender enquanto cidade inovadora, próspera e com muitas oportunidades de emprego e renda. Tendo seu crescimento visionado e impulsionado pela burguesia local, para trazer mais investimentos na região, a cidade investiu em tecnologia, agronegócio e se consolidou como referência nacional. Simultaneamente, recebeu um grande fluxo migratório de variados locais do país, em busca de melhores oportunidades.

A questão do acesso à moradia no município é central uma vez que o crescimento da cidade não comportou tal demanda, emergiu então a luta por tal direito e, com ela, as diversas ocupações urbanas que a permeiam. Algumas destas, colhendo frutos de sua luta foram regularizadas e transformadas em bairros residenciais. Em contrapartida, estão os bairros luxuosos, que mostram que o desenvolvimento e tecnologia apresentados como característicos da cidade se restringiu às regiões que concentram pessoas nas faixas mais altas de renda. O trabalho pretende se aprofundar sobre as contradições do acesso à moradia no município, traçando um paralelo entre dois bairros de origens distintas, o Granja Marileusa, bairro planejado de classe média alta e o Dom Almir, fruto da luta por moradia, nascido como ocupação urbana e que tem seu processo de regularização realizado, instituindo-se como bairro.

Para analisar a relação entre segregação socioespacial e o crescimento da cidade de Uberlândia, realizarei uma revisão da literatura sobre o tema referido, a estruturação de cidades de médio porte, como é o caso do município de Uberlândia compreendendo as dinâmicas que a envolvem. Por conseguinte, aprofundar na revisão de estudos sobre os bairros Granja Marileusa e Dom Almir, que visam analisar suas especificidades, características socioespaciais e de classe que os atravessam. Através do paralelo entre dois bairros, sendo um deles de classe alta, planejado e com grande infraestrutura, e outro bairro periférico advindo de ocupação urbana, baixa infraestrutura, busco mostrar como se dá a construção dos espaços públicos e privados no município e como a questão de classe e interesse público influencia em sua constituição e acesso da população a cidade.

Nestes termos, no capítulo 1 veremos como a divisão do espaço urbano se dá na sociedade de classes, analisando a questão da moradia no país e compreendendo como estes atravessam a construção do município de Uberlândia. No capítulo 2, apresentaremos então como se deu a construção dos bairros e como estes apresentam faces muito distintas do processo de urbanização, sendo capazes ou não usufruir plenamente do direito à cidade. Chegando a conclusão que aponta para cidades socialmente desiguais, que determinam logo no seu espaço físico aqueles que terão de lutar para ter direitos assegurados e os que podem comprá-los.

Em termos de metodologia, a pesquisa concentrou-se em um estudo bibliográfico e uso de dados de terceiros para defender seu objetivo e hipóteses, especialmente estudos de MACÊDO (2014), MICHELOTTO (2014), MOURA (2008), SANTOS (1998) e (2003), SAKAZAKI (2021), além dos últimos censos do IBGE, todos com ênfase no desenvolvimento da cidade de Uberlândia e também para o desenvolvimento urbano em geral.

Feita esta pequena introdução, vejamos como o desenvolvimento de Uberlândia, tal como o brasileiro, deu-se de modo segregante e de classe.

2. CAPÍTULO I - DIVISÃO DO ESPAÇO URBANO E A SOCIEDADE DE CLASSES

2.1. INTRODUÇÃO À QUESTÃO DA DIVISÃO DO ESPAÇO URBANO

No contexto de um país que tem como marca de seu desenvolvimento histórico a desigualdade social, a falta de acesso aos direitos constitucionalmente garantidos e de acessos a condições mínimas de subsistência é uma marca da construção das cidades. Vivemos em um país rico, diverso, de enormes dimensões geográficas e proporcionalmente desigual. Enquanto uma parcela expressiva da população vive em vulnerabilidade social, não têm garantidos direitos resguardados pela Constituição Federal, como o acesso a moradia, a renda, a alimentação, saúde, educação, dentre outros para garantia de uma vida digna, uma pequena parcela da população vive em espaços urbanos onde todos estes elementos estão contemplados. Hoje, centros urbanos enfrentam uma situação de moradias com bairros inteiros irregulares. Pessoas em situação de rua ou vivendo em condições precárias segue sendo uma realidade cotidiana. Enquanto em 2020 o IBGE aponta que existe no país ao menos 5 milhões de moradias em condições precárias¹, um dado alarmante do último Censo demográfico do mesmo instituto nos mostra que ao menos 11,4 milhões de moradias estão vazios no país².

O Brasil é um país de dimensão continental, diverso e por muitas vezes contraditório, que exige um olhar mais profundo para compreender suas complexidades. Trata-se de um país subdesenvolvido, localizado na periferia do capitalismo, que tem seu histórico de desigualdades desde os primórdios de sua construção enquanto nação. O conceito de subdesenvolvimento cunhado pelo autor Caio Prado (1961), nos mostra que para que um país rico possa existir é necessário que outros países sejam extremamente explorados em recursos e mão de obra para subsidiar a riqueza de países centrais, dividindo-os em países centrais e periféricos. O Brasil é um ótimo exemplo deste segundo. Uma história de grande demanda e precariedade habitacional, provocadas tanto pela migração quanto pela pobreza, que são característicos do processo de urbanização brasileiro.

¹ SILVEIRA, Daniel. Brasil tem mais de 5,1 milhões de domicílios em situação precária, aponta IBGE. Brasília, 19 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/19/brasil-tem-mais-de-51-milhoes-de-domicilios-em-situacao-precaria-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 26 set. 2023.

² MUNIZ, Bianca. Censo 2022: Brasil tem 11 milhões de casas e apartamentos vagos. [S. l.], 29 jun. 2023. Disponível em: <https://apublica.org/2023/06/censo-2022-brasil-tem-11-milhoes-de-casas-e-apartamentos-vagos/#Censo>. Acesso em: 25 set. 2023.

As dificuldades habitacionais no Brasil são muitas e persistem por muitos anos. O modelo em que se constrói a nação, com suas raízes escravocratas, nunca garantiu moradia digna e plena a sua população, em especial a população negra e periférica. Segundo o Censo Demográfico de 2022 realizado pelo IBGE, no total o Brasil conta com 11,4 milhões de casas e apartamentos vazios. O Déficit Habitacional no país aumentou em relação ao censo anterior, realizado em 2010. O número de domicílios vagos é duas vezes maior que o número de pessoas sem casa ou que vivem em situação irregular, com baixa infraestrutura.

O crescimento urbano acompanha a globalização do capitalismo, ditando padrões de expansão que visam o lucro e crescimento econômico exacerbado, em detrimento a pessoas em situação menos abastadas. Segundo Milton Santos (2003) a globalização como perversidade, mostra a maneira que os atores hegemônicos ditam a forma de ocupação dos territórios. Seguindo o capital controlam a economia e a informação, polarizando entre classes antagônicas em uma competição que não é páreo, relegando uma parcela população inteira de trabalhadores às margens sociais, determinando pobreza e escassez aos excluídos. O Estado cumpre papel crucial, sendo este o mantenedor da ordem da classe hegemônica, normatizando, criando legislações e ordenamento social para tal.

O espaço é a dimensão em que a vida social acontece, onde as relações sociais tomam concretude. É o reflexo da estrutura social. Carrega consigo o legado histórico de sua construção, as relações sociais que o marcaram e atravessaram para o moldarem ao que se é, condicionando-o em maior ou menor grau. Sua dimensão urbana é construída por diversas forças, imersas de contradições, entre esses agentes modeladores estão presentes os detentores de capital, da propriedade fundiárias, a população pobre e excluída socialmente e o Estado.

O Estado, que figura como instância reguladora, absorve as demandas e pressões dos variados agentes que compõem a sociedade e determina suas ações. Determinando como o aparato público deve ser organizado e disposto sobre o tecido urbano, determinando a alocação de recursos, construções e o acesso à cidade. Fica ao seu encargo o papel de construir vias de acesso, garantir escolas, saúde, saneamento, mobilidade, zoneamento de regiões, pensando o planejamento da cidade. Entretanto, o mesmo sempre esteve atrelado aos ordenamentos da classe dominante, agindo conforme seus interesses. A ação pública se torna, então, um vetor da segregação socioespacial.

Segundo o censo do IBGE (2022), existem no país ao menos 5 milhões de moradias precárias, que o instituto as classifica como aglomerados subnormais, áreas caracterizadas com

um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação. Em Uberlândia não possuímos dados oficiais a respeito da quantidade de moradias em situação irregular ou em condições precárias.

2.2. UBERLÂNDIA E SEU CRESCIMENTO DIFUSO

Uberlândia é uma cidade que se desenvolveu de forma expressiva nas últimas décadas, chegando a um crescimento de 37% na sua população entre os anos de 1996 e 2010 (IBGE - Contagem Populacional 1996 e Censos 2000/2010) em parte para atender os anseios de sua burguesia em transformá-la em uma cidade referência, investindo no agronegócio e no setor de desenvolvimento e tecnologia. Entretanto a cidade é pensada pelas elites e para as elites, em contraposição a bairros com alta infraestrutura, casas e loteamentos enormes, vemos o grande número de ocupações, periferias, bairros com baixíssima infraestrutura e vazios urbanos.

Sendo a cidade pólo do Triângulo Mineiro e referência no Estado, é um exemplo de cidade de médio porte, trazendo consigo características marcantes de uma cidade interiorana, como costumes e tradições, especialmente do interior mineiro e também características de uma cidade condizente com seu porte, com investimento de indústrias e os desafios habitacionais e de mobilidade urbana. Com considerável desenvolvimento econômico por consequência das indústrias e do setor de serviços na cidade, atraiu migrantes de várias partes do país em busca de emprego e melhor qualidade de vida, principalmente de cidades pequenas da região e também a população do campo, que pratica o êxodo rural devido a modernização do agronegócio. Com o crescimento populacional, surgiram novas frentes de expansão urbana, com bairros e aglomerados avançando, inclusive, além do perímetro urbano.

O salto de ocupação urbana intensificado no início dos anos 2000 marca a construção de grandes obras de habitação populares com a construção de loteamentos e bairros para população de baixa renda cada vez mais próximos aos limites do perímetro urbano, nos setores sul, sudoeste e leste. Esse período coincide com a chegada de grandes incorporadoras imobiliárias na cidade, como o grupo Alphaville e Cyrela, que construíram no município condomínios de luxo para a população de classe média alta (Nunes et al, 2015).

Com o crescimento acelerado e desordenado da cidade, as famílias tradicionais do município - que por gerações herdaram diversos loteamentos e imóveis, atreladas às incorporadoras imobiliárias - encontraram terreno fértil para novos negócios na cidade, ao

Estado como modelador, e também a atuação das construtoras, tiveram grande influência na distribuição socioespacial da cidade. Gerando grandes “vazios” na malha urbana frutos da especulação imobiliária. Estes vazios urbanos são caracterizados por um padrão de baixa densidade populacional, loteamentos vazios à espera de valorização.

Nos anos 90, segundo a Secretaria de Planejamento – Prefeitura Municipal de Uberlândia (1998), a cidade possuía cerca de 44% do perímetro total da cidade de espaços “desocupados”. Esses vazios foram grandes facilitadores da estratificação social, com diversos perímetros à espera de valorização e assim dispersando a construção de novas residências, avançando na ocupação de outras regiões e setores limítrofes do município, demarcando a exclusão social. Com isso, gerando novas demandas de infraestruturas públicas como asfaltamento, transporte coletivo, saneamento, escolas, acesso a sistema de saúde, dentre outros.

A cidade então se torna palco de uma expansão moldada pelos agentes imobiliários e pelo setor empresarial das elites municipais, determinando o ordenamento do espaço urbano. Este dinamismo demográfico aponta a expansão do contingente de pessoas em situação de vulnerabilidade às margens dos interesses do capital imobiliário. Analisaremos então no próximo capítulo como as especificidades de cada bairro foram encampadas no município.

3. CAPÍTULO II - AS DISTINTAS FACES DA URBANIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DE CASO DO BAIRRO DOM ALMIR E DO BAIRRO GRANJA MARILEUSA

Uma cidade que teve seu fluxo migratório intensificado em poucas décadas, aumentando significativamente sua população, tem seus reflexos impressos na sua organização. Com a falta de renda e de moradia para comportar tamanha demanda, fez crescer o número de ocupações de terrenos urbanos e áreas carentes. Reorganizando e produzindo o espaço urbano, esses entraves da luta por direito à cidade, buscaram reconhecimento institucional do seu direito à moradia e ações públicas para a construção de uma vida digna, desafiando o poder do capital. Uma das ocupações mais antigas da cidade, o bairro Dom Almir, passou por mais de 20 anos em luta para ter seus direitos garantidos.

Uberlândia apresentava um índice de pobreza de 43,3% no início dos anos 2000, como apontado por Gomes em seu estudo sobre as condições socioeconômicas das famílias em Uberlândia. Este contingente populacional reflete na condição de emprego na cidade, com crescimento da informalidade e de atividades de baixo rendimento, inclusive nas regiões centrais da cidade (COELHO; PEREIRA, 2011). A situação de subemprego e renda, concomitante ao setor imobiliário que criou grandes loteamentos para construção de residenciais, casas e condomínios com valores inacessíveis a grande parte da população, atrelados também a questão da especulação imobiliária na cidade contribuíram para a segregação social.

O setor sul da cidade foi o mais atrativo para as camadas mais abastadas, recebendo vasto investimento público para asfaltamento, saneamento, iluminação dentre outros, estimulando a descentralização habitacional. Sendo foco de investimento também do capital privado, na construção de shoppings centers, lojas e serviços de alto padrão. Enquanto em outras áreas da cidade se desenvolveram aquém do aparato público, distantes das áreas centrais e comerciais, carentes de infraestrutura e serviços, consolidando um arranjo espacial fragmentado.

Vejamos a história de duas destas áreas: a do bairro Dom Almir, nascido de uma ocupação de trabalhadores sem moradia; e do Granja Marileusa, localizado na Zona Sul e recebedor de investimentos privados e intervenções públicas em larga escala. Juntas, essas regiões ajudam a demonstrar como a divisão do espaço urbano reflete a divisão social do trabalho, as contradições econômicas e sociais.

3.1. BAIRRO DOM ALMIR: DE OCUPAÇÃO URBANA A BAIRRO POPULAR

Localizado na periferia leste de Uberlândia, o Bairro Dom Almir carrega consigo a luta por direito à moradia. Sua ocupação tem início nos anos 1990, período em que eclodiu diversas outras áreas carentes e periferias na cidade, que ia na contramão do avanço econômico que ocorria ao mesmo tempo no município. Na época, famílias pobres ocuparam um terreno público no Parque São Jorge IV, instalando ali o Acampamento Vila Rica. Pouco depois, a prefeitura consegue reaver o terreno na justiça, logrando a reintegração de posse e a ordem de despejo das famílias. Iniciando então um grande processo de mobilização popular, com envolvimento da comunidade, da Igreja Católica com as Pastorais e de agentes políticos para a realocação dessas famílias em outro local. O poder municipal foi então pressionado a transferir estas para uma propriedade rural denominada Fazenda Marimbondo, que passava por um processo de inventário com conflito entre herdeiros. Surgindo ali o Acampamento Dom Almir.

A área para qual foram realocados não possuía quaisquer tipo de infraestrutura mínima para habitação, como água, luz e saneamento, sendo uma promessa da Prefeitura no ato agilizar o processo de regularização para o fornecimento. Concentrando pessoas sem moradia advindas de diversos bairros da cidade e também migrantes, que vieram para Uberlândia atrás do sonho de uma vida melhor, a ocupação surge em 1990 com características próprias de regiões desta natureza, tais como baixa escolaridade, com a maior parte dos moradores tendo completado apenas o Ensino Fundamental; baixa renda, com a maior parte da população recebendo um salário mínimo ou menos e complementando a renda familiar com trabalhos esporádicos; falta de acesso aos equipamentos urbanos mais comuns, como calçamento, ruas, saneamento básico, escolas, hospitais, transporte e outros. Estima-se que foram cerca de 370 famílias que deram início à ocupação.

Uma característica importante ressaltada por Nunes (2015) é que a estimativa de famílias que vivem no bairro não sofreu grandes alterações, se mantendo no local desde a sua ocupação. Dado este que pode ser entendido tanto pela falta de oportunidades para se viver em outros locais da cidade, quanto pelo caráter de resistência, em lutar por um bem coletivo: o direito à moradia de todas as famílias que ali vivem.

A questão do trabalho também sempre foi um desafio para seus habitantes. Manifestações de discriminação e preconceito eram constantes na busca por empregos. A difícil localização, que não contava com vias de acesso e asfaltamento, também aparecia como um

fator dificultador para tal, onde o empregador se recusava a contratar habitantes dali devido a falta de transporte adequado. Nos primeiros anos, o bairro não contava com qualquer tipo de estrutura, em especial água encanada e rede de esgoto sanitário.

A luta por direito à cidade nunca deixou de ser presente. Os moradores então organizaram um Comitê de Frente, que enviou cartas e faziam contatos diretos com o poder municipal para a solicitação de demandas urgentes para o local, sendo as primeiras a necessidade de uma rede de abastecimento de água e energia elétrica. Também neste primeiro ofício foram solicitados materiais para a construção das casas, serviços de escola e creche, atendimento médico e o fornecimento de medicações, transporte coletivo que atendessem a população. A organização popular então tomava novos contornos, se mantiveram em luta por melhorias no território por mais de 20 anos.

Articulados em frentes de atuação, construíram iniciativas autogestionadas para ajudar as pessoas que ali viviam, como uma cozinha comunitária para auxiliar na alimentação dos que ali viviam. Organizaram assembleias com os moradores e apoiadores, juntamente com as lideranças que compunham a Comissão de Frente e travava embates diretos com o poder municipal até se alcançarem melhorias. Esta mesma comissão foi que negociou com a prefeitura a nova localização, onde optaram por uma região mais próxima ao centro da cidade, se instaurando ali o Bairro Dom Almir.

Somente após muitas lutas, que contaram com a mobilização dos moradores, da Comissão de Frente e também com o apoio de lideranças e movimentos sociais e políticos da cidade, se conseguiu acordos para os provimentos da prefeitura. A construção dos primeiros aparatos públicos é um marco de grande vitória das articulações políticas que este movimento social foi capaz de fazer, recebendo uma escola de Ensino Fundamental em 1994, um posto de saúde em 1995, uma creche em 1996 e enfim em 1999 se iniciou as obras de saneamento básico na região.

Seu oposto, o bairro Granja Marileusa, teve formação diversa. Planejado para ser um polo de desenvolvimento, concentra em torno de si todos os equipamentos públicos e estruturas sociais e se tornou em pouco tempo um vetor de crescimento econômico e concentração de riquezas da cidade.

3.2. BAIRRO GRANJA MARILEUSA: PENSADO PARA “SER RICO”

A proposta é transformar a cidade em uma cidade inovadora, com tecnologias e desenvolvimento digital, se construindo diversas iniciativas que uniram o setor privado por meio de grandes corporações como o Grupo Algar, Monsanto, Microsoft, ao poder público, investindo em *startups*, criando um ecossistema de inovação e empreendedorismo. Segundo SAKAZAKI (2020), em 1992 foi escrita a *Carta de Uberlândia* pela Universidade, Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU) e Associação Comercial e Industrial (ACIUB) durante o *Programa franco-brasileiro de Cooperação Científica e Tecnológica*, onde as instituições se comprometeram em viabilizar um possível pólo tecnológico em Uberlândia. Objetivando estreitar as relações do município com o mercado internacional.

Avançando nesse caminho, a PMU inicia o Programa Inova Uberlândia que tem por objetivo a inserção do Polo Tecnológico Sul, que carrega o slogan “Vem viver, inovar e investir” (PREFEITURA DE UBERLÂNDIA, 2020). SAKAZAKI (2020), nos mostra ainda que, para se atrair investimentos e incentivar a construção de empreendimentos tecnológicos e inovadores, há a isenção do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), para a aquisição dos imóveis na localidade, e também a redução da alíquota do Imposto Sobre Serviços (ISS) a 2%.

Associado a outras 7 empresas de inteligência de mercado, em 2011 o Grupo Algar desenvolveu o *masterplan* em parceria com a Def-projetos, a Urban System, para elaboração do estudo diagnóstico e viabilização do bairro na cidade, conjuntamente a outros acionistas, segundo o próprio website do Granja Marileusa. Surgindo assim o primeiro micro pólo tecnológico de Uberlândia. Essa pretensão de construção já havia iniciado no ano de 2002 pelo grupo, chamado Algar 2100, todavia, segundo eles, a cidade ainda não tinha preparo para um empreendimento desta magnitude.

Localizado também na porção leste do município, na área da antiga Fazenda Marileusa, o bairro Granja Marileusa é um grande exemplo da construção de cidade para as elites. O empreendimento, que segundo Oliveira (2019) visa unir uma concentração de empresas gerando um ecossistema de colaboração, reafirmando a cultura empresarial. Buscando unir o conceito de um local onde as pessoas possam morar, viver e trabalhar - como anunciados nos slogans do próprio website, o projeto promete ser um local onde se possa usufruir de lazer, com

praças e parques, além de ter fácil acesso, em que se consiga caminhar pelas ruas com tranquilidade e que tudo estaria a poucos passos de distância.

De infraestrutura privilegiada, o bairro planejado conta com amplas vias de acesso, conectando o bairro aos principais pontos da cidade, como a região central, aeroporto, parque municipal, prefeitura e universidade. No seu interior conta com algumas opções de condomínios fechados, Village Paradiso 1 e 2, Alphaville Uberlândia 1 e 2 e Terras Alpha, também pertencente à franquia Alphaville. O projeto também conta com galerias comerciais para escritórios, parque linear, praças e reserva ambiental, monitoramento por câmeras 24 horas, pontos de wi-fi grátis nas praças, pontos de bicicletários e amplos espaços verdes para convivência.

3.3. DISTINTAS FACES DE UMA MESMA CIDADE

A cidade como palco da construção da vida social, mostra que suas diversas facetas exprimem a segregação socioterritorial. A produção do espaço urbano é transpassado por diversas contradições e profundos contrastes, impondo as esferas mais desfavorecidas da população às margens sociais, locais de difícil localização e baixa infraestrutura. Enquanto as esferas mais abastadas, são quem determinam as melhores localidades para se viver, usufruem de ampla gama de acessos e da melhor infraestrutura que o dinheiro possa oferecer.

Uma cidade que emerge como um importante pólo regional, com vitalidade econômica, atraindo investimentos e com isso tendo um dinamismo demográfico. Atuando de forma de intermediador comercial com grandes centros urbanos como São Paulo e Distrito Federal, os vastos investimentos em indústrias, rodovias e infraestrutura. Quadro este que atraiu investimentos de empresas brasileiras e multinacionais.

O bairro Granja Marileusa é fruto de uma idealização de um capitalismo selvagem, que constrói seus conglomerados urbanos como enclaves fortificados, constantemente monitorados. Atrelado a essa ideia, traz consigo um forte marcador de incentivo e, até mesmo busca ativa de pessoas empreendedoras e empresários para se construir um espaço idealizado, apartado dos possíveis perigos que a cidade possa oferecer. Um lugar onde pessoas usufruam de uma mesma classe social, que pouco necessitem sair dali para atender a quaisquer demanda da vida, pois sua ideia conta com os mais diversos atrativos para se viver, como anuncia seu slogan “Morar, viver, trabalhar, fazer negócios e inovar”.

O bairro Dom Almir retrata a face perversa que castiga a população pobre. A condição da pobreza determina o afastamento das moradias em relação ao centro urbano, aos empregos, lazer e instituições, gerando segregação residencial. A geografia da cidade dificulta o acesso ao emprego, reforçando a condição de pobreza, nutrindo sentimento de rejeição e discriminação por parte de outros setores da sociedade, cristalizando a divisão social do espaço urbano.

Vemos então uma cidade fragmentada, que é planejada e sonhada por poucos que podem ter acesso, enquanto para a maioria da população é demarcada por luta para se poder viver. Onde dois fluxos se entrelaçam, um que apresenta uma cidade próspera e progressista e outro seu completo oposto. A cidade enquanto local onde a vida social acontece determina a vida dos indivíduos que nela habitam conforme os acessos que lhe são cedidos, os locais em que se pode acessar e a qualidade desse espaço. Pensar em moradia é fundamental, visto que este é o nosso local de onde vemos o mundo e acessamos possibilidades. Que determina saúde, bem viver e qualidade de vida.

Os dois bairros traçam um paralelo perfeito de como as cidades são construídas segundo a lógica neoliberal, com um padrão urbano de estrutura marcadamente fragmentada. Onde as camadas mais abastadas da população se encontram em condomínios fechados em localizações nobres, com pleno acesso a cidade e tudo o que ela possa oferecer. Em contraposição, cresce sobremaneira bairros periféricos e ocupações urbanas, carentes de infraestrutura e diversos tipos de serviço, tolhendo seu direito de acesso à cidade e a oportunidades.

4. CONCLUSÃO

A construção do espaço social das cidades se dá segundo o sistema econômico vigente. O neoliberalismo molda sociedades cada vez mais disfuncionais, onde parcela minoritária da sociedade detém o poder e acesso a qualidade de vida, com habitação, lazer, saúde e educação, sendo os demais sujeitos, relegados às margens sociais.

No processo de acumulação capitalista, onde o lucro segue acima da vida, promove a exclusão social, sendo este um fator necessário para sua manutenção e subsistência. As novas formas de produção do espaço social seguem essa mesma lógica, onde os espaços melhor localizados, de melhores infraestruturas são os que habitam as elites, que possuem renda para manter seu alto padrão de vida. Enquanto a classe mais pobre, que trabalha nestes locais e nos centros urbanos, vivem nas periferias dos centros urbanos, relegados aos subúrbios, de baixa infraestrutura e por muitas vezes, aquém dos aparatos públicos.

A maneira em que é constituída a sociedade brasileira, de grande dependência e subordinação econômica ao capital internacional - característico de um país subdesenvolvido, cria grandes paradoxos entre os anseios da população e os econômicos, intensificando as desigualdades socioespaciais. Constituindo um modelo de produção de habitações de modo difuso na malha urbana. No caso das cidades médias, como Uberlândia, o *boom* populacional, a priori, gerou questões de natureza econômica, sociais e de caráter político.

A concepção do espaço urbano, atravessado de contradições e contrastes, impõe a classes menos abastadas da população a luta pelo direito à cidade. Diante do descaso com suas necessidades por parte dos agentes moduladores da cidade, tanto de agentes públicos quanto privados, que pouco se mostram eficientes em comportar suas demandas. O poder público no uso de suas funções, costumeiramente se mostram pouco efetivas e, por vezes, até mesmo contribuem para agravar ou corroborar com a manutenção das carências e adversidades.

No setor habitacional as mazelas sociais se fazem notórias, construindo abismos sociais entre classes, exacerbando as falhas na construção da urbanização capitalista. As manifestações dessas privações se dão em campos diversos e com distintas manifestações, segregação socioespacial, especulação imobiliária, vazios urbanos, carência de serviços mais básicos, são algumas dessas problemáticas. Lutar pelo direito à cidadania se mostra como um caminho inegociável. Dessa forma, muito do que essa população consegue conquistar é fruto de sua capacidade organizativa de encampar lutas, mantendo o embate necessário, como no caso do Bairro Dom Almir.

Uma cidade que tem como marketing ser uma cidade próspera, de progresso, indústrias, de trabalhadores e das tecnologias, mas que efetivamente é a realidade de poucos. Pensar direito à cidade e à habitação é fundamental para se garantir cidadania aos seus habitantes.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COELHO, O. M.; PEREIRA, M. F. V. O circuito inferior da economia na área central de Uberlândia (MG): avaliação e caracterização. *Geografia*, Londrina, v. 20, n. 1, p. 163-188, jan./abr. 2011.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOMES, D. C. et al. Indigência e pobreza em Uberlândia. In: LEME, H. J. C.; NEDER, H. D. (Coord.). *Condições socioeconômicas das famílias de Uberlândia*. Uberlândia: UFU/NEDRU/NEST/CEPES, 2001. p. 50-86

<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/19/brasil-tem-mais-de-51-milhoes-de-domicilios-em-situacao-precaria-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 26 set. 2023.

MACÊDO, Paulo César. Jardim Célia: sonho dourado ou martírio? Segregação e exílio social "que nasceu no meio do cerrado" – Uberlândia - 2009/2014. 2014.

MARICATO, Ermínia. ERMÍNIA: “Direito à moradia na cidade sem o direito à cidade não existe” 2020. Disponível em <https://www.amigosenff.org.br/erminia-direito-a-moradia-na-cidade-sem-o-direito-a-cidade-nao-existe/#:~:text=%C3%81rea%20do%20associado-ERM%C3%8DNIA%3A%20%E2%80%9CDireito%20%C3%A0%20moradia%20na%20cidade%20sem%20o,direito%20%C3%A0%20cidade%20n%C3%A3o%20existe%E2%80%9D>. Acessado em 8 de junho de 2023.

MARTINS, José de Souza. *Sociologia da fotografia e da imagem*. São Paulo: Contexto, 2008.

MICHELOTTO, L. D. G. *Expansão urbana e sustentabilidade: análise do setor leste de Uberlândia, MG*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, 2014.

MOURA, G. G. *Condomínios horizontais/loteamentos fechados e a vizinhança (in)desejada: um estudo em Uberlândia/MG*. Tese (tese de doutorado). Instituto de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

Nunes Lins, Hoyêdo, Pena Ferrari Juliana. *Produção de espaço e defesa do direito à cidade: crônica de uma saga urbana em Uberlândia (MG)*. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)* [em linha]. 2015, 17(1), 23-44[Acesso em 05 de Novembro de 2023]. ISSN: 1517-4115.

OJIMA, R. Dimensões da urbanização dispersa e uma proposta metodológica para estudos comparativos. In: R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 24, n. 2, p. 277-300, jul./dez. 2007.

RAMIRES, J. C., MARTINS, I.C. Capital imobiliário e espaço urbano: uma contribuição ao estudo da evolução da cidade de Uberlândia. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, (Relatório Parcial).

SAKAZAKI, Beatriz Sayuri Campaner. O Paradoxo da Fragmentariedade Urbana em Uberlândia/MG: Granja Marileusa e Élisson Prieto. 2020. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1998.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVEIRA, Daniel. Brasil tem mais de 5,1 milhões de domicílios em situação precária, aponta IBGE. Brasília, 19 maio 2020. Disponível em: